



(In)visibilizando preconceitos: uma análise discursiva sobre casos de violência contra pessoas trans na mídia pernambucana

Paula Korey¹
Roberta Moura Calvancati²
Vicentina Maria Ramires³

RESUMO:

O presente trabalho propõe reflexões sobre (des)(re)construções e ressignificações de identidades das pessoas trans no discurso jornalístico, concentrando-se nas notícias dos principais jornais pernambucanos, por ser o jornal um potencial instrumento de transformação ou fomentador de preconceito e formas de desrespeito da identidade de quem não é cisgênero. Assim, recorreremos aos estudos de gênero e sexualidade propostos pela Teoria Queer (BUTLER, 2003; LOURO, 2004; LOPES, 2002) e os postulados da ACD (FAIRCLOUGH, 2001). Dessa forma, buscaremos desvelar como os textos que consumimos refletem valores e crenças de nossa sociedade, influenciando nossa visão de mundo e a forma como interagimos socialmente.

PALAVRAS-CHAVE:

Análise Crítica do Discurso;
Teoria *Queer*;
Pessoas trans;
Violência.

As autoras:

¹ Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE). E-mail: paula.korey@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9645-6779>

² Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Rural do Pernambuco (UFRPE). E-mail: amarela.cavalcanti@gmail.com ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7360-7896>

³ Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Doutora em Linguística Universidade Federal de Pernambuco (UFRPE). E-mail: vicentinaramires@terra.com.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3837-4473>

1. INTRODUÇÃO

Historicamente, a população transgênero é estigmatizada, marginalizada e perseguida, em decorrência da crença de que o **natural** é que o gênero atribuído ao nascimento seja aquele com o qual as pessoas se identificam e, portanto, espera-se que elas se comportem de acordo com o que se julga ser o **adequado** para esse ou aquele gênero (JESUS, 2012).

Além de serem vítimas de perversas formas de discriminação e violência, as pessoas de diferentes identidades de gênero têm contra si a divulgação de discursos discriminatórios proferidos por grupos poderosos que regulam comportamentos. Nesse cenário de violências e restrições de direitos, é preciso dar visibilidade aos preconceitos mais enraizados para desconstruí-los e, assim, avançar em práticas mais plurais e respeitadas com a diferença, pois em uma sociedade de multiplicidades e em constante mudança, estamos cada vez mais expostos às exigências contemporâneas.

Por esse motivo, faz-se necessário esclarecer que as identidades dos sujeitos vão se produzindo ao longo da vida, num processo de reprodução/reconstrução de outras já estabelecidas, ou de repulsão. O indivíduo se apropria dos comportamentos de sexo e gênero a ele estabelecidos e os ressignifica interiormente, aceitando-os ou rejeitando-os. Assim, as pessoas transgêneras são pessoas que não se enquadram no gênero determinado a elas no nascimento – ou antes dele, uma vez que durante a gestação já existe uma expectativa em torno da criança quanto ao seu gênero. Vale ressaltar, entretanto, que gênero não pode ser confundido com orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, pansexual e assexual) e sexo (pênis, vagina e intersexo).

A partir dessas considerações, o presente trabalho tem como objetivo principal problematizar questões relacionadas à forma como as pessoas trans e os assuntos sobre violência arrolados à identidade de gênero são tratados na mídia pernambucana. Como objetivos específicos buscaremos: a) identificar evidências de como as estruturas e práticas sociais afetam e determinam a escolha dos elementos linguísticos utilizados num texto; b) averiguar os efeitos de tais escolhas sobre as estruturas e práticas sociais como um todo na vida das pessoas trans; c) verificar, principalmente, se nos discursos construídos na imprensa pernambucana (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio) há ou não a presença de um discurso transfóbico.

Para realizar a análise proposta por esse trabalho, escolhemos um caso de violência específico contra uma pessoa trans ocorrido na cidade de Vitória de Santo

Antão e veiculado nas páginas on-line do Diário de Pernambuco (DP) e do Jornal do Commercio (JC) em 29 de abril de 2017.

Tal escolha está pautada diante da maneira como ainda se tratam as questões de identidade de gênero e como a sociedade ainda invisibiliza milhares de pessoas que não cabem dentro das caixas pré-definidas. Sendo assim, para realizar este estudo, serão utilizados os pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD) e da Teoria Queer. Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso, a identidade social é compreendida como uma construção discursiva, sendo fragmentada, contraditória e instável (MOITA LOPES, 2002). Ao analisar a superfície dos textos sob a ótica da ACD, procuramos averiguar evidências de como as estruturas e práticas sociais afetam e determinam a escolha dos elementos linguísticos utilizados num texto, e que efeitos estas escolhas podem ter sobre as estruturas e práticas sociais como um todo na vida das pessoas trans, verificando principalmente se nos discursos construídos na imprensa pernambucana (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio) há ou não a presença de um discurso transfóbico. Desse modo, a linguagem exerce um papel central nas teorizações *queer*, uma vez que a sexualidade e o gênero são construídos historicamente por discursos institucionais, tais como o religioso, o médico-psiquiátrico, o pedagógico etc., cujo objetivo é classificar os comportamentos sexuais com base em uma concepção de normalidade (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2001; LOURO, 2004; MISKOLCI, 2012; SULLIVAN, 2003).

Pretendemos, dessa forma, desafiar a invisibilidade das sérias violações de direitos humanos que as pessoas trans continuam enfrentando, desvelando os discursos veiculados nos jornais, pois acreditamos que este constitui um bom momento para desconstruir o discurso hegemônico.

A partir dessas considerações, algumas perguntas-problema para a elaboração deste trabalho despontaram. (i) Como a mídia pernambucana apresenta os casos de violência envolvendo as pessoas trans? (ii) O discurso jornalístico é conivente com posturas discriminatórias e atos atentatórios à dignidade LGBTQI+¹ ou promove harmonização do convívio com as diferenças? (iii) Quais as consequências dessas posturas para qualidade de vida de pessoas trans?

¹ A sigla vem sendo acrescida de letras, à medida que novas identidades de gênero vêm sendo apresentadas. Neste estudo, optamos por acrescentar o sinal + para contemplar todas aquelas não explicitadas na sigla LGBTQI.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Serão apresentadas, neste tópico, duas abordagens teóricas que embasam nossa pesquisa e análise. Trataremos primeiro da Teoria Queer, crítica aos estudos sociológicos sobre as minorias sexuais e de gênero, que desconstrói noções engessadas acerca das identidades de gênero e sexualidade (MOITA LOPES, 2003). Em seguida nos debruçaremos sobre os fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso, que enxerga o discurso como um tipo de prática social, de representação e de significação do mundo Fairclough (2001).

2.1. TEORIA QUEER

A Teoria Queer, oficialmente *queer theory* (em inglês), surgiu nos Estados Unidos na década de 90 com o objetivo de questionar as concepções de sexualidade presentes na sociedade, sendo interpretada como uma imposição cultural que permeia o discurso e a prática em diversos âmbitos da realidade social, cultural e política. Em termos teóricos e metodológicos, os estudos *queer* foram fortemente influenciados por vertentes radicais do feminismo e dos estudos gays e lésbicos, tendo como inspiração autores como Michel Foucault, Jacques Lacan ou Jacques Derrida.

O termo *queer* tem origem na língua inglesa e semanticamente quer dizer raro, estranho, excêntrico. Não há em português um sinônimo claro, e, talvez, como propõe a professora Berenice Bento, possamos pensar o *queer* como **transviado**. A princípio, a palavra *queer*, no senso comum, era usada como um xingamento tanto para homossexuais, quanto para travestis, transexuais e todas as pessoas que desviavam da norma cis-heterossexual. Entretanto, com base em uma perspectiva pós-crítica, o termo passou a ser ressignificado estrategicamente como forma de uma resistência ampla e não-metódica aos modelos normativos de sexo, gênero e sexualidade.

É uma corrente de pesquisa que explicita o caráter político-cultural da heterossexualidade e que tem como uma de suas principais influências a filósofa Judith Butler. Para ela, os gêneros são construtos sociais e discursivos, e, por isso, atos performativos. Portanto, essa teoria propõe uma análise crítica à hegemonia heterossexual, interpretada como uma imposição cultural que permeia o discurso e a prática em diversos âmbitos da realidade social, cultural e política. Ressaltando que a noção de sujeito é criada através de discursos da linguagem e da cultura, Morris defende que:

Quando nascemos, chegamos a um cenário inventado previamente. Aqueles que não se encaixam nas categorias estabelecidas são demonizados ou tratados medicamente. Os teóricos queer, seguindo o trabalho de Foucault, tentam questionar esta demonização, normalização e tratamento. A chave do ativismo queer reside em puxar ao avesso as práticas de normalização (MORRIS, 2005, p. 41).

De maneira genérica, podemos afirmar que a teoria *queer* busca ir além das teorias baseadas na oposição homens vs. mulheres, aprofundando os estudos sobre minorias sexuais (bissexuais, gays, lésbicas, transgêneros) e dando maior atenção aos processos sociais amplos e relacionados que sexualizam a sociedade como um todo, de forma a heterossexualizar e/ou homossexualizar instituições, discursos, direitos. Ou seja, o gênero é visto não como algo pronto, acabado, não problemático, ligado à morfologia dos sujeitos, mas como um constante vir a ser, não sendo, pois, algo com que se nasce ou que se possui, mas algo que fazemos e refazemos à medida que interagimos com os outros pela linguagem (BUTLER, 2014; MOITA LOPES, 2002, 2003; SANTOS FILHO, 2012).

2.2. TRANSGÊNERO

O conceito transgênero é um termo **guarda-chuva**, segundo Jaqueline de Jesus (2012), a definição abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento. No Brasil, vale ressaltar, ainda não há consenso sobre o termo. Apresentaremos um ponto de vista partilhado com algumas outras pessoas, especialistas e militantes.

Na definição elaborada pela Associação Brasileira de Transgêneros, a transgeneridade constitui-se como:

Denominação geral de diversas síndromes e condições que leva uma pessoa a criar, desenvolver e/ou expressar, pública ou privativamente, uma identidade de gênero diferente daquela que recebeu ao nascer, em função da genitália que trouxe entre as pernas. Pelo tanto que esta condição sempre foi reprimida e combatida em diversas sociedades (principalmente judaicas, islâmicas e cristãs), a transgeneridade deve ser considerada como um forte 'transgressão' do binômio oficial de gêneros masculino/feminino: – todo transgênero é antes de mais nada um 'transgressor', alguém não-conforme com os padrões de conduta gênero vigentes na sociedade e época em que vive².

² Disponível em: http://www.abrat.org/?page_id=642. Acesso em: 05 março de 2017.

O pensamento de que o gênero é construído socialmente ganha mais força a partir do momento em que se percebe que gênero é uma forma de identidade, formada e transformada culturalmente em convívio social, de acordo com Hall (2006). Essa ideia também permeia os pensamentos de Simone de Beauvoir, quando afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher.”

2.3. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A proposta da ACD é prover base científica para questionamentos críticos da vida social em termos políticos e morais, ou seja, de justiça social e de poder. De acordo com Fairclough (2001), na Análise Crítica do Discurso, o discurso é visto como um tipo de prática social, de representação e de significação do mundo. Sendo assim, nessa teoria, o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação – pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros – mas é também visto como uma forma de representação –, pois valores e identidades são nele representados de forma particular. Sendo assim, do ponto de vista da ACD, nenhum texto é neutro ou imparcial, uma vez que são vistos como personificações de uma série de práticas discursivas institucionais e políticas.

Nesse sentido, a ACD ocupa-se dos efeitos ideológicos que os textos, como instâncias de discurso, podem ter sobre as práticas sociais, isto é, sobre as formas de indivíduos agirem no mundo e interagirem com o mundo, representarem aspectos do mundo e de si mesmos e construírem identidades sobre si e sobre outrem. Esse paradigma serve, por isso, como um produtivo recurso para a análise de como os sentidos atuam a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, seja contribuindo para sustentar ou modificar conhecimentos, crenças, atitudes ou valores (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999).

Logo, à ACD também interessa o papel do discurso na mudança social e nos modos de organização da sociedade em torno de objetivos emancipatórios, o que a insere num paradigma interpretativo crítico da realidade, pelo qual busca oferecer suporte científico para estudos sobre o papel do discurso na instauração/manutenção/superação de problemas sociais (TITSCHER et al, 2000; MAGALHÃES, 2010). Portanto:

os analistas críticos do discurso desenvolvem uma teoria/método para investigar como o exercício de poder hegemônico se mescla com práticas discursivas no mundo contemporâneo, ou seja, analisar e revelar o papel do discurso na (re)produção da dominação. Dominação esta entendida como o exercício do poder social por elites, instituições ou grupos, que resultam em desigualdade social, onde estão incluídas a desigualdade

política, cultural e a discriminação por classe, etnia, gênero e orientação sexual. Especificamente, os analistas críticos querem saber quais as estruturas, estratégias, ou outras propriedades do texto, falado ou escrito, desempenham um papel nesses modos de reprodução. Trata-se de uma teoria do poder e contra-poder. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122).

Direcionada ao estudo das dimensões discursivas da mudança social, a ACD apresenta uma concepção de linguagem e suporte de análise para a investigação dos modos como a relação discurso/sociedade se concretiza na prática social.

Nesta abordagem teórica, os discursos são concebidos como não apenas reproduzindo entidades e relações sociais, mas também como as construindo de diversas maneiras, cada uma das quais posicionando os sujeitos sociais também de diferentes maneiras. Portanto, a ACD permite analisar as pressões provenientes de cima e as possibilidades de resistência às relações desiguais de poder que aparecem em forma de convenções sociais, uma vez que “através do contato com textos marcados por desigualdade de poder, os sujeitos linguísticos/ sociais são treinados a assumir certas posições de poder nos textos que produzem e consomem.” (KRESS, 1989, p.449).

A Análise Crítica do Discurso busca ainda investigar de que modo uma entonação específica, um pronome, uma manchete jornalística, um tópico, um item lexical, uma metáfora, uma cor ou um ângulo de câmera entre uma gama de outras propriedades semióticas do discurso, relacionam-se a algo tão abstrato e geral como as relações de poder na sociedade. Isto é, ela não descarta a análise textual para a análise social do discurso, mas, ao contrário, busca relacionar propriedades típicas do micronível da escrita, da fala, da interação e das práticas semióticas a aspectos comuns ao macronível da sociedade como grupos, organizações ou outras coletividades e suas relações de dominação (VAN DIJK, 2008).

Nessa compreensão, ainda podemos entender, a partir das ideias de Fairclough (2001, p.92) que: “o discurso contribui para construção de identidades sociais, para a construção de relações sociais entre as pessoas e para a construção de sistemas de conhecimentos e crenças.” Esses efeitos construtivos correspondem a três funções da linguagem e a dimensões de sentidos que o autor denomina de linguagem identitária, relacional e ideacional, e os designa:

A função identitária relaciona-se aos modos pelos quais as identidades sociais são estabelecidas no discurso, a função relacional a como as relações sociais entre os participantes do discurso são representadas e negociadas, a função ideacional aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Sobre o conceito de gênero, a ACD considera este como "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas

entre os sexos, e um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, 1990, p. 14).

Assim, podemos dizer que, “através do contato com textos marcados por desigualdade de poder, os sujeitos linguísticos/sociais são treinados a assumir certas posições de poder nos textos que produzem e consomem” (KRESS, 1989, p. 449). Conseqüentemente, se alguém se torna consciente sobre os aspectos do senso comum que sustentam desigualdades, esses determinados aspectos perdem sua potencialidade em manter relações assimétricas de poder, isto é, de funcionar ideologicamente.

Quanto ao texto jornalístico, a ACD o compreende como objeto sociocultural autêntico, imerso nas práticas discursivas das atividades sociais. Essa perspectiva leva em consideração a dimensão histórica, a produção, disseminação e consumo dos textos nas atividades sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Neste sentido, a mídia é uma fonte de acesso e promoção de informações locais e globais e, através dela, são propagados sistemas de valores que variam conforme o padrão da emissora, do redator, do grupo social ao qual a informação é dirigida e de outras formas de controle ideológico, como políticas públicas, por exemplo. Por essa razão, analisaremos os textos noticiosos acerca de casos de violência contra as pessoas trans, veiculados na versão *on-line* dos jornais pernambucanos.

3. METODOLOGIA

Sabemos que manter-se informado é quase uma questão de sobrevivência, e para isso devemos procurar ter acesso às notícias, por meio dos jornais, revistas, e outros meios de comunicação. Para Baltar (2004), a notícia é o gênero básico do jornalismo, em que se relata um fato do cotidiano considerado relevante, mas sem opinião. É um gênero genuinamente informativo, em que, em princípio, o repórter não se posiciona, pois o que vale é o fato.

A notícia ainda pode ser definida como:

(...) a informação concisa de fato jornalístico, com referência, sempre que possível, a lugar, modo, causa, momento, e pessoas ou coisas nele envolvidas. Limita-se à narração do fato, sem nenhuma análise, interpretação, comentário ou pormenor dispensável. O fato deve refletir-se nela como essencialmente é: bom ou mau, sério ou jocoso, solene ou pitoresco, agradável ou desagradável, sem nenhuma preocupação do autor em ser favorável ou contrário à pessoa ou situação de que se trate. A notícia pode veicular opinião ou apreciação de pessoas que participaram do fato, mas sempre entre aspas. (NABANTINO RAMOS, 1970, p. 171)

Considerando tais questões, delimitamos o gênero discursivo notícia para analisar em nossa pesquisa por reconhecermos, principalmente, o seu potencial como difusor de informações e formador de opinião, capaz de aparelhar os fatos noticiosos e torná-los úteis para a construção da consciência e do ideário popular, produzindo sobre eles modelos mentais de forte influência no comportamento da população em geral.

Mota (2012, p. 208) esclarece sobre como a notícia é uma articulação discursiva dos fatos narrados e nunca uma representação transparente do evento em questão, uma vez que é submetida a diversos processos que englobam “habilidades técnicas, ideologias profissionais, conhecimento institucional e questões relacionadas com os leitores ou a audiência”.

A maneira escolhida para representar os diversos discursos presentes nas notícias e reportagens jornalísticas diz muito sobre as ideologias dos jornais. Em outras palavras, a esfera de produção discursiva jornalística tem o poder de manipular, através dos efeitos de sentido no processo de representação dos vários atores sociais, sem que nos demos conta.

Conforme Fowler (1991), as notícias – um dos principais produtos da mídia – são representações de mundo na linguagem, e pelo fato de serem um código semiótico, impõem uma estrutura de valores, significados e visão de mundo. Portanto, nenhuma escolha linguística é aleatória, pois diferentes modos de expressão da realidade carregam consigo diferentes ideologias.

Neste sentido, o jornalismo fornece um campo bastante profícuo para a análise do discurso, cujo principal objetivo é contribuir para que elementos que não estão em evidência sejam notados e suas intenções sejam reveladas.

O gênero é carregado de discursos que comunicam modos de ser no mundo, logo existem implicações sociais da mídia para a reprodução de preconceitos e desinformações, o reforço de estereótipos de gênero e as consequências na vivência e dignidade das pessoas trans.

Ao redigir uma matéria, o jornalista leva em conta a linha editorial do veículo no qual ele trabalha, considerando as diferentes versões sobre o mesmo fato, construindo seu texto com base na memória de outras matérias construídas, reproduzindo um modo de fazer já consolidado na profissão. Sendo assim, há muitos **já ditos** no texto jornalístico.

Assim, delimitamos o gênero discursivo notícia para analisar em nossa pesquisa por reconhecermos, principalmente, o seu potencial como difusor de informações e formador de opinião, capaz de aparelhar os fatos noticiosos e torná-los úteis para a construção da consciência e do ideário popular, produzindo sobre

eles modelos mentais de forte influência no comportamento da população em geral.

Para realizar a análise proposta por este trabalho, foram escolhidas notícias publicadas nos jornais de maior circulação no estado de Pernambuco nas suas versões on-line (Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio, os quais chamaremos de DP e JC –, respectivamente, para facilitar a leitura). Os jornais escolhidos são identificados como veículos de referência, tendo um público definido como sendo das classes média-altas e média-baixas. Esses jornais têm um alcance maior de público e apresentam diferença em relação aos respectivos públicos-alvo/consumidor.

Optamos por duas matérias postadas em relação à violência, no tocante aos crimes de natureza transfóbica no estado. A seleção dos textos se deu com base numa análise exploratória, que procurou primeiro identificar signos lexicais e/ou semânticos referentes aos casos de violência contra pessoas trans. Em seguida, fizemos um filtro dentro dos jornais, a fim de encontrar notícias que relatassem casos de violência contra as pessoas trans no estado de Pernambuco, tendo em vista que este é o quarto estado do Brasil onde mais se mata a população trans.

Selecionamos as notícias veiculadas em 29 de abril de 2017, pois nessa data ocorreu um caso de violência de grande repercussão contra uma pessoa trans na cidade de Vitória de Santo Antão, município do estado. Logo, o recorte temporal (diacrônico) para a análise de nossos dados consiste na delimitação da data em que as notícias foram publicadas.

A Análise Crítica do Discurso é empregada neste trabalho, por seu caráter emancipatório e também pelo fato de considerar a linguagem como prática social, que leva em consideração o contexto do uso da linguagem como uma dimensão fundamental. Fairclough (2001) desenvolve uma abordagem de análise linguística como um método para estudar as mudanças sociais e propõe um conceito de discurso e análise de discurso de forma tridimensional, ou seja, um evento discursivo é simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social. Cada dimensão tem um papel fundamental na análise de discursos. A dimensão do **texto** cuida da análise linguística de textos e é organizada em 4 itens: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual (arquitetura dos textos); a dimensão da **prática discursiva** especifica a natureza dos processos de produção e interpretação social (como se combinam os discursos); a dimensão de **prática social** cuida de questões de interesse da análise social (modo como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo moldam a natureza da prática discursiva).

Neste estudo, focalizamos mais atentamente a análise da dimensão textual, especificamente elementos do vocabulário dos textos escolhidos, tais como a

significação de palavras e o uso de metáforas, como o objetivo de enfatizar palavras-chave que apresentam significado cultural, palavras com significado variável e mutável, o significado potencial de uma palavra, e verificar que fatores (culturais, ideológicos, históricos etc) determinam a escolha de uma determinada metáfora e qual o seu efeito sobre o pensamento e a prática, ou seja, como elas funcionam como um modo de hegemonia e um foco de luta.

Outros procedimentos metodológicos para os estudos críticos do discurso que aqui tentaremos levar a cabo são sugeridos por Van Dijk (2008). Um deles, mais global, é a análise das macroestruturas semânticas, que são os tópicos ou temas dos textos, geralmente intencionais e controlados pelo enunciador, expressos em títulos, resumos, sumários. No caso das notícias publicadas pelos dois jornais analisados, as manchetes serão consideradas como exemplos para essa análise. Outro procedimento, mais local, é a análise das microestruturas semânticas, as quais dizem respeito às escolhas lexicais e sintáticas, às relações proposicionais e aos recursos extralinguísticos feitos pelo produtor do texto. Assim, serão observados alguns empregos linguísticos que revelem posições ideológicas nesses textos.

A pesquisa, portanto, é orientada pelas lentes teóricas dos princípios da ACD e os pressupostos da teoria *queer* em seus mais destacados autores. Dessa forma, a metodologia de nossa pesquisa é qualitativa, considerando a revisão bibliográfica, e, por isso, recorreremos a alguns livros de referência e também a artigos que tratam do tema proposto.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Vitória de Santo Antão, mais uma transexual é assassinada

Vítima foi alvejada por três disparos, mas delegacia da região não deu mais detalhes. Este é o segundo homicídio contra uma mulher transgênero no município em menos de um mês.

Por: Luis Fernando Motta - Estado de Minas
Publicado em: 29/04/2017 18:26 Atualizado em: 29/04/2017 18:42



Uma transexual foi assassinada na madrugada deste sábado (29) no bairro de Águas Brancas, em Vitória de Santo Antão, zona da mata de Pernambuco. A vítima foi alvejada por disparos de uma pistola calibre 38. Segundo o 21º Batalhão da Polícia Militar (BPM), um irmão da vítima teria prestado depoimento para as investigações do crime horas após o assassinato. O caso foi encaminhado para a delegacia do município, que não atendeu às ligações do Diário de Pernambuco até o fechamento desta matéria. A autoria do crime ainda é desconhecida.

Este é o segundo assassinato que vitimiza uma mulher transgênero em Vitória em um intervalo de cerca de um mês. O outro caso aconteceu no Loteamento Luiz Gonzaga, área urbana do município, na madrugada do último domingo de março (26). A vítima de 40 anos de idade, identificada como Uilca, foi esfaqueada três vezes, os golpes atingiram seu pescoço, costas e abdômen.

Os crimes alimentam a estatística que amedronta a população transgênero brasileira. Segundo a organização não-governamental Transgender Europe, de 2008 a 2014, 604 travestis e transexuais foram assassinadas só no Brasil. O que torna o país líder no índice de crimes de ódio contra a população transgênero. O reflexo da violência que sofrem é ratificado pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que divulgou que a expectativa de vida desse segmento populacional é de apenas 35 anos, menos da metade da média nacional, que é de 75,5 anos.

O crime de ódio contra uma travesti mais recente a ganhar notoriedade nacional foi o que pôs fim à vida de Dandara dos Santos, assassinada a tiros após uma série de agressões físicas que incluíram chutes e golpes com pedaços de madeira. O caso aconteceu no Ceará, em fevereiro deste ano e tomou grandes proporções após um vídeo da vítima sendo espancada começou a ser compartilhado nas redes sociais.

O Grupo Gay da Bahia, mais antiga instituição de combate à violência sexual e de gênero no Brasil, revelou que 2016 foi um ano que vitimou mais de 300 pessoas integrantes da comunidade LGBT. A organização divulga anualmente um relatório contendo dados sobre a violência que essa parte da população sofre. O estudo mais atual aponta que a maior parte das agressões, que incluem tiros, facadas, asfixia e espancamento, resultam em morte e ocorrem em via pública.

..

Ao analisarmos a notícia veiculada pelo DP, foi possível perceber que o jornal evidencia já na manchete um posicionamento de alerta para a comunidade trans, pois os termos mais, uma e assassinada são usados para transmitir a informação de que o crime não é um caso isolado, uma vez que o advérbio mais dá uma ideia de acréscimo/recorrência. Tanto o artigo uma como o adjetivo assassinada apresentam desinência de gênero feminino, mostrando respeito com a identidade de gênero da vítima.

No subtítulo, a informação de que esse é o segundo crime acontecido na cidade e que aconteceu em menos de um mês reitera a ideia de recorrência de violência contra as pessoas trans na localidade. Ademais, o crime revela requinte de crueldade, pois a vítima recebeu três disparos de arma de fogo. Ainda no subtítulo, é possível notar que a identidade da pessoa trans é destacada quando o jornalista utiliza a expressão mulher transgênero. Entretanto, o uso do termo **transexual**, na manchete e na abertura da notícia, revela que, para os autores da matéria, não há diferença entre um e outro. Da mesma forma, o jornal emprega equivocadamente o termo homofobia, tendo em vista que o termo correto para se referir a crimes, preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis é transfobia. Por isso, vale salientar que ser transgênero é

uma forma de identidade de gênero, ou seja, a maneira como uma pessoa se identifica com gênero, enquanto ser homossexual está relacionado à orientação sexual, ou seja, como cada pessoa orienta seu afeto e seu desejo: se para homens, para mulheres ou para os dois. Dessa forma, considerando que orientação sexual é diferente de identidade de gênero, a mídia precisa ir além dos estereótipos para dispor dignidade e respeito à identidade das pessoas transexuais e travestis. Essas não são escolhas fortuitas, mas de força ideológica. Segundo Fairclough (2001), “as formas das palavras podem ter forças que parecem altamente improváveis se as considerarmos fora do contexto” (p.112).

Quanto aos aspectos semióticos, a imagem que acompanha o texto que noticia o crime destaca a palavra homofobia em letras grandes e vermelhas, remetendo à cor de sangue, além da simbólica utilização de velas para representar os casos de violência que resultam em morte da população LGBTQI+.

No segundo parágrafo, a notícia comenta outro caso de assassinato ocorrido no mesmo município, fazendo um recorte local desse tipo de episódio, entretanto também não apresenta as motivações e o responsável pelo assassinato. Apesar disso, o veículo considera importante visibilizar crimes contra as pessoas trans no estado, sugerindo que a violência se cristaliza como situação corriqueira e banalizada na vida dessas pessoas. Percebemos que há diversas semelhanças entre ambos os crimes, tais como o fato de terem ocorrido no fim de semana, de madrugada e com requinte de crueldade, além de terem acontecido num curto espaço de tempo entre um e outro. Nesse relato, o jornal também mantém o respeito quanto à identidade de gênero, pois faz uso do nome social da vítima (Uilca) e novamente o uso da expressão mulher transgênero.

O terceiro parágrafo apresenta dados estatísticos que comprovam os altos índices de ocorrência de crimes contra as pessoas trans, reforçando a necessidade de um olhar mais cauteloso das autoridades frente a esse tipo de violência. O jornalista usa informações de fontes responsáveis por coletas de dados, comprovando que, infelizmente, esses casos não são uma exceção, pois acontecem com grande reincidência. Ao se basear em fontes respeitáveis, como o IBGE e a organização não-governamental Transgender Europe, a notícia fortalece a necessidade de intervenções no problema que atinge índices alarmantes. Ao citar a expectativa de vida das pessoas trans (35 anos), o jornalista pretende impactar os leitores e levá-los à reflexão do quão grave é a situação enfrentada por essa população no Brasil.

O quarto parágrafo relembra um caso de violência contra uma pessoa trans que teve grande repercussão nacional e ganhou notoriedade, por ser considerado crime de ódio. Quando o jornalista apresenta esse crime em comparação aos ocorridos em Pernambuco, subtende-se que todos esses casos possuem

motivações banais, já que são pautados no ódio gratuito, evidenciado pela violência utilizada em crimes contra população transgênero.

Mais uma vez trazendo argumentos de autoridade, o último parágrafo dá voz a uma organização não governamental (ONG) voltada para a defesa dos direitos das pessoas LGBTQI+ no Brasil, ratificando o grande número de casos de violências contra as pessoas trans, assim como as semelhanças de local e formas utilizadas em tais crimes. A opção de frisar que a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) é a mais antiga instituição brasileira de defesa dos LGBTQI+ ainda em atividade reitera a luta das pessoas desse segmento por protagonizarem um movimento, já que não existe órgão regulamentado pelo Estado a fim de averiguar crimes dessa natureza.

Após a análise da notícia publicada pelo DP, percebemos que o posicionamento do jornal procura demonstrar respeito à comunidade e à identidade das pessoas trans, assim como a preocupação em conscientizar os leitores acerca da grande incidência de casos violentos e desrespeito com a dignidade humana. O percurso trilhado pelas pessoas trans tem sido cada dia mais perpassado pela violência. Dessa forma, faz-se necessária uma intervenção por parte da imprensa, a fim de alertar sobre crimes motivados por ódio, ataques violentos e tortura, e a mídia, como um veículo formador de opinião e propagadora de ideologias, nesse caso o DP, evidenciou um posicionamento responsável diante de uma temática tão relevante para transformação social.

HOME > CIDADES > POLÍCIA

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

Transexual é assassinada em Vitória de Santo Antão

Crime aconteceu na madrugada deste sábado, no bairro de Águas Brancas, em Vitória

Publicado em 29/04/2017, às 15h07



Delegacia de Vitória de Santo Antão
Foto: Reprodução/Google Street View

JC Online

Uma transexual foi morta na madrugada deste sábado (29) em Vitória de Santo Antão. Wellington Jorge de Oliveira, de 28 anos, conhecido como "Mona" foi alvejado por tiros de um revólver calibre 38. O crime aconteceu no bairro de Águas Brancas e o caso foi encaminhado para a delegacia da cidade. De acordo com o 21º Batalhão de Polícia Militar. Um irmão da vítima já teria prestado depoimento para as investigações do crime. A reportagem tentou contato com a delegacia de Vitória, sem sucesso. Até o fechamento desta matéria, o necrotério do Instituto de Medicina Legal, em Santo Amaro, ainda não havia recebido o corpo.

A notícia veiculada pelo JC traz na manchete as palavras transexual e assassinada, respeitando a identidade de gênero da vítima, mas só evidencia a vítima e o fato ocorrido. Diferentemente da notícia divulgada pelo DP, essa não dá margem para que o leitor perceba que o crime cometido é um ato recorrente na localidade.

O subtítulo da notícia não agrega muitas informações à manchete, já que apenas apresenta horário, data e local do crime. Assim, mostra-se superficial ao não apontar dados complementares para uma interpretação mais consciente dos fatos por parte dos leitores. Sabemos que a função do subtítulo como parte da notícia é reforçar a intenção prestada no título, ou seja, ser um elemento que aparece para somar, para acrescentar algo às informações anteriormente reveladas. Na notícia analisada, percebemos que o subtítulo não alerta e nem chama a atenção do leitor para o que vem adiante.

Quanto aos aspectos semióticos, a imagem usada no JC não revela ligação com o tipo de crime cometido. Logo, não há preocupação do veículo em dar relevância à temática. De forma oposta à imagem veiculada pelo DP, a utilizada pelo JC é da parte frontal da delegacia de Vitória de Santo Antão e foi capturada pelo *google street*, ou seja, trata-se de uma imagem genérica que não faz alusão a crimes, preconceito e/ou discriminação em função da identidade de gênero de pessoas transexuais ou travestis. Ao contrário do que é apresentado no JC, o DP, mesmo cometendo um equívoco relacionado ao nome do crime, revelou uma preocupação em selecionar uma imagem que remetesse à temática LGBTQI+.

A notícia do JC inicia-se tratando de forma respeitosa a identidade de gênero da vítima ao utilizar o artigo indefinido feminino uma para referir-se a uma pessoa trans. Entretanto esse respeito é desfeito ao expor o nome de batismo da vítima e tratar o nome social **Mona** como não válido, já que faz uso das aspas como recurso para exprimir ironia ou conferir destaque a um nome que o veículo não reconhece como oficial. Escolhas lexicais e estratégias sintático-semânticas (VAN DIJK, 2008) para desqualificar pessoas LGBTQI+ podem ser vistas nesses exemplos. Dessa forma, além da violência física sofrida pela vítima, há a violência linguística/moral a toda comunidade trans, por não mostrarem respeito pelo desejo dessas pessoas por serem tratadas pelo nome social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornal Diário de Pernambuco mostrou alguma responsabilidade ao alertar seus leitores acerca da grande incidência de casos violentos e desrespeito contra as pessoas transgêneras no estado, levando-os à reflexão do quão preocupante é a situação enfrentada por essa população, sugerindo que tais crimes não são um fenômeno social isolado e desconexo, mas um problema social grave, fazendo-se necessário descobrir as mediações que os cerca. Já o Jornal do Commercio revelou descaso com a temática, invisibilizando a identidade das pessoas trans e reforçando estereótipos que podem ser responsáveis pela manutenção e formação de preconceitos. Um dos mecanismos utilizados para invisibilizar a identidade de gênero por parte do JC foi elidir o nome social e expor o nome de registro da vítima, ignorando o reconhecimento que a comunidade trans tanto reivindica. Assim, no lugar de promover a harmonização do convívio com diferenças, há uma pressão essencializadora, no sentido de reduzir e sempre lembrar a condição 'natural' de homem/mulher, marcada nos genitais externos. Por isto, é importante observar como as questões de identidade gênero são tratadas nos veículos jornalísticos, trazendo o valor potencial da linguagem na manutenção, produção e transformação

das representações, através das escolhas linguístico-discursivas e dos investimentos nas construções de significações e nas nomeações utilizadas para se referir às pessoas trans, pois permite contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão.

Portanto, o presente trabalho possui relevância social e constitui-se como uma semente de mudança para um cenário acadêmico mais participativo e inclusivo, beneficiando tanto a academia quanto o ativismo LGBTQI+. Afinal, é no seio de debates entre essencialismo biológico e construtivismo social que se reconhecem, se aceitam e se celebram as diferenças entre os grupos socialmente oprimidos, como é o caso da população LGBTQI+.

Enfim, a Análise Crítica do Discurso mostrou ser uma ferramenta imprescindível para a análise social no processo de compreender como se criam as diferenças e como elas atuam para fazer frente aos processos normalizadores que justificam o uso das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão. Considerando os dados e fatos aqui analisados, há necessidade emergente de uma reforma na dinâmica entre sociedade e mídia, a fim de influir positivamente na construção de uma nova realidade social para as pessoas trans, sugerindo que o gênero não seja mais visto como algo que somos, mas como um efeito que produzimos a partir do que fazemos.

REFERÊNCIAS

BALTAR, M. **Competência discursiva e gêneros textuais**: uma experiência com o jornal de sala de aula. Caxias do Sul: Educs, 2004.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York: Roudedge, 1993.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **El género en disputa**: el feminismo y la subversión de la identidad. reimpressão. Paidós: Barcelona, 2014.

CHOULIARAKI, Lillie; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOWLER, Roger. **Language in the News**. London: Routledge, 1991.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. (1ª impressão revista) Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

KRESS, Gunther. **History and language:** towards a social account of linguistic change. *Journal of Pragmatics*, v. 13, n. 3, p. 445-466, 1989.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho:** ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGALHÃES, I. **Análise de discurso crítica:** questões e perspectivas para a América Latina, In: RESENDE, V.; PEREIRA, F. H. Práticas socioculturais e discurso. Debates transdisciplinares. (Orgs.) LabCom Books, 2010. p. 09-28

MISKOLCI, R. **Teoria queer:** um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades fragmentadas:** a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____ (Org.) **Discursos de identidade:** discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

MORRIS, M. (2005). El pie zurdo de Dante pone en marcha la teoría queer. In: Talburt, S.; Steinberg, S. (Eds.). **Pensando Queer:** sexualidad, cultura y educación. Barcelona: Graó, p.35-50, 2005.

MOTA, Célia. Jornalismo: discurso, narrativa e cultura. In: PEREIRA, Fábio; MOURA, Dione; ADGHIRNI, Zélia (Org.). **Jornalismo e sociedade:** teorias e metodologias. Florianópolis: Insular, 2012, p. 205-217.

NABANTINO Ramos, J. (1970). **Jornalismo** – Dicionário Enciclopédico. São Paulo: Ibrasa.

PEDRO, E. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: _____. (Org.). **Análise crítica do discurso:** uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, 1997. p. 19-46.

SANTOS FILHO, I. 2012. **A construção discursiva de masculinidades bissexuais:** um estudo em linguística queer. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal de Pernambuco.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e realidade -Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul/dez. 1990.

SULLIVAN, N. **A critical introduction to queer theory.** New York: New York University Press, 2003.

Teoria Queer e Behaviorismo radical - muito além dos rótulos de sexualidade. Disponível em: <http://www.olharbeheca.blogspot.com>. Acesso em: 03 de janeiro de 2017.

TITSCHER, S. et al. **Methods of Text and Discourse Analysis.** Londres: Sage, 2000.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e Poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

WOODWARD, K. (Org.). **Identity and difference:** culture, media and identities. London: Sage, 1997.



Making prejudices (in)visible: a discursive analysis of cases of violence against trans people in Pernambuco media

ABSTRACT:

This paper proposes some reflections on the (de)(re)constructions and resignifications of identities of trans people in journalistic discourse, focusing on Pernambuco newspapers, considering the expressive number of murders of this population in the state, and the relevance of media influence for rethinking the multiplicity and fluidity of sexual and gender identities. This research is based on the studies of gender and sexuality proposed by Queer Theory (BUTLER, 2003; LOURO, 2004; LOPES, 2002) and CDA (FAIRCLOUGH, 2001). We aim to unveil how texts we consume reflect values and beliefs of our society, influencing our worldview and the way we socially interact.

KEYWORDS:

Critical Discourse Analysis;
Queer theory;
Trans people;
Violence